

O PODER DAS BIBLIOTECAS  
a memória dos livros no Ocidente



*Sob a direção de  
Marc Baratin e Christian Jacob*

*Tradução de  
Marcela Mortara*

Editora UFRJ  
2000

## Sumário



*Nota preliminar* 7

*Prefácio*  
Christian Jacob 9

### I

*Da ordem dos livros à carta  
dos saberes: utopias e inquietudes*

Redes que a razão desconhece: laboratórios,  
bibliotecas, coleções, *Bruno Latour* 21

Ler para escrever: navegações  
alexandrinas, *Christian Jacob* 45

Bibliotecas portáteis: as coletâneas de lugares-  
comuns na Renascença tardia, *Ann Blair* 74

A biblioteca como interação: a leitura e a  
linguagem da bibliografia, *David Mckitterick* 94

*Warburg continuatus*. Descrição  
de uma biblioteca, *Salvatore Settis* 108

Novas ferramentas, novos  
problemas, *Roger Lauffer* 155

p. 106 leitura  
organizada da mp

*Entre dois mundos:  
a biblioteca de Gabriel Naudé*



Certamente, o *Advis pour dresser une bibliothèque* não é o mais conhecido dos livros de Gabriel Naudé. Mesmo nas obras de juventude, entre as quais se coloca, nunca teve a reputação da *Instruction à la France sur la vérité de l'histoire des Frères de la Roze-Croix* (1623), ou, sobretudo da *Apologie pour tous les grands personnages qui ont été faussement soupçonnés de magie* (1625). Na história da libertinagem erudita, da qual Naudé é uma das grandes figuras, e uma das mais complexas, esse texto, reconhecemo-lo, não ocupa senão um lugar secundário, e René Pintard não parece ver nele muito mais que uma obra de circunstância, composta pelo autor para agradecer ao presidente de Mesmes, seu protetor, por lhe ter devolvido suas funções de bibliotecário, por ocasião do retorno inopinado de sua viagem de estudos em Pádua.<sup>1</sup> Depois de sua primeira publicação, em 1627, o *Advis* não foi freqüentemente reimpresso – para a França, duas edições no século XVII, em 1627 e 1644, uma no século XIX, em 1876, duas reedições contemporâneas em 1963 e 1990 – e, se não foi de todo esquecido, é, ao que parece, essencialmente porque uma tradição bibliográfica, ou melhor, bibliotecária, escolheu fazer dele um marco na história de seus interesses. Tendeu-se, com isso, a fazer do pequeno tratado de Naudé um texto fundador – o que ele provavelmente não sustenta. Às vezes, quis-se ver nele um manifesto isolado, quando, na verdade, ele só adquire sua plena significação relacionado com os usos e debates intelectuais de seu tempo.

O *Advis* é a obra de um homem jovem – nascido com o novo século, Naudé tem 27 anos quando o publica – e que passou a maior parte de sua vida no meio dos livros, e com homens para os quais os livros compunham a paisagem mais familiar. Estudante brilhante e precoce, passou incessantemente de uma biblioteca a outra, essencialmente em Paris, depois na Itália do Norte, durante alguns meses de uma permanência interrompida pela morte do pai.



Através de seus professores, ele entrou também muito cedo em contato com um meio de amadores de livros, muitas vezes bem introduzidos nas grandes bibliotecas parisienses – a do rei ou as dos grandes parlamentares –, e às vezes associados à gestão das mesmas. Provavelmente, ele próprio, desde 1622, quando estava começando estudos de medicina, foi encarregado da biblioteca de M. de Mesmes, conselheiro do rei e presidente do Parlamento. O livro o cerca, pois, de todos os lados.

No entanto, Naudé ainda não é um verdadeiro profissional. Falta-lhe experiência e a lenta acumulação do saber. Os mais autorizados de seus contemporâneos tiveram consciência disso. Em outubro de 1627, Jacques Dupuy – que é, com seu irmão Pierre, uma das maiores figuras desse pequeno mundo erudito – envia o *Advis* a Peiresc: “O autor é bem novato no que escreve. Fala de pessoas que não conhece, e que também nunca tinham ouvido falar nele”. Ciúme, rancor de um mais velho diante de um indivíduo brilhante, com pressa de marcar seu lugar e sua posição? Peiresc parece confirmá-lo em sua resposta, na qual compartilha o sentimento do amigo: “Esse Naudé mostra bem que só viu a claridade por um buraco, como se costuma dizer, visto que falou tão perfunctoriamente das pessoas cuja menção era fundamental para tornar seu livro recomendável. Entretanto, agradeço-lhe o livro, do qual teria ficado ávido, se não o tivesse visto”.<sup>2</sup> Portanto, as primeiras razões da irritação desses homens maduros são bem claras: Naudé queimou etapas, não rendeu a seus predecessores a homenagem que tinham o direito de esperar de alguém que devia tanto à própria experiência deles. Mas, sem dúvida, não seria certo nos limitarmos a isso. O que se critica no jovem autor é também o fato de tratar, de modo abstrato e, muitas vezes, peremptório e simplificado, de regras e escolhas longamente experimentadas numa prática cotidiana que ele não tem, ou tem ainda tão pouco;<sup>3</sup> de apresentar como regras de evidência o resultado de uma longa inteligência do livro, dos hábitos da discussão erudita e da sociabilidade que se constituiu em torno delas, e que se faz conhecer pelo nome ambicioso de República das Letras. Assim, aos olhos dos mais velhos, Naudé se apresenta como o último a chegar, aquele que capitaliza em seu proveito as aquisições dos predecessores que o acolheram em seus círculos, e se atribui o direito de fazê-las conhecer lá fora.

De fato, o que ele conhece de primeira mão das bibliotecas, em 1627, está limitado, além de Paris, à de Pádua e à Ambrosiana de Milão, que visitou no caminho. Portanto, não nos deixemos enganar pelas listas nas quais enumera, com um prazer visível, “as bibliotecas de Roma, Nápoles e Florença

(...) as de Milão e Pavia (...), as da Espanha e as velhas de Cambridge e Oxford (...), as da França (...).<sup>4</sup> Foi nos livros, não nas prateleiras, que Naudé aprendeu algo sobre a maioria delas. De modo geral, ele gosta de citar. Compraz-se em elaborar intermináveis listas de referências, não à maneira dos escolásticos, preocupados em se apoiar em autoridades, e sim pelo prazer de reconhecer e fazer conhecer a imensidade do mundo dos livros. A um século de distância, e num contexto muito diferente, há um pouco de Rabelais nesse espírito juvenil: o sentimento muito forte de que imensos painéis da história da cultura já estão acessíveis, e de que é também legítimo redescobri-los e apaixonar-se por eles; o gosto dos vastos afrescos onde, em cinco frases e quinze autores, ele traça um esboço da história das heresias cristãs ou do aristotelismo, da medicina ou da astronomia moderna. Por mais brilhante que tenha sido, Naudé não leu, evidentemente, tudo o que cita, mas seria errado acusá-lo de fanfarronice. O que ele mostra admiravelmente é que sabe se situar na biblioteca universal. Com seu aprendizado universitário, mas provavelmente ainda mais com sua precoce frequentação dos meios eruditos, ele adquiriu facilidade para se mover no mundo livre do conhecimento. Devemos então nos surpreender se identifica tão espontaneamente a organização da biblioteca e o domínio do saber? Certamente não, pois, além de sua equação pessoal – seu zelo, seu talento, sua agilidade –, ele reencontra as convicções mais fortes e mais audaciosas de seu tempo.

A biblioteca ideal, em todo caso, a mais próxima do modelo que ele esboça no *Advis*, é, aos olhos de Naudé, a que juntou longamente, desde meados dos anos 1570, Jacques-Auguste de Thou (1553-1617), presidente do Parlamento de Paris e autor de uma notável *Histoire de son temps*, cujo primeiro volume, publicado em 1604, incorreu nas censuras eclesásticas.<sup>5</sup> Considerada, no seu tempo, a mais bela biblioteca particular de Paris, ela deve ter contado cerca de 6 mil volumes por ocasião da morte de seu fundador. No entanto, não é só sua importância numérica que lhe vale seu prestígio, e que justifica que Naudé a apresente como exemplo a seu protetor-empregador, o presidente de Mesmes, mas, antes, suas características culturais e técnicas, as segundas estreitamente dependentes das primeiras.

A biblioteca “thuanienne”, como a denomina freqüentemente a moda latinizante da época, é uma instituição particular. Esse primeiro traço merece ser sublinhado, pois é significativo de um momento histórico em que as iniciativas dos particulares vêm substituir instituições tradicionais. As desordens



das guerras de Religião prejudicaram, e às vezes devastaram, as coleções eclesiásticas, em particular as bibliotecas dos mosteiros: muitas vezes, também, abalaram os recursos materiais das casas religiosas. As bibliotecas dos seminários ainda não vieram substituí-las (e sabemos que, na França, os efeitos da reforma tridentina levaram tempo para se fazerem sentir). As das universidades são muito freqüentemente miseráveis. A biblioteca do rei — da qual de Thou foi diretor de 1593 até sua morte, em 1616 — também ficou sujeita às vicissitudes do tempo, e não encontrou, de parte dos sucessivos soberanos, um interesse constante. Aliás, será ela muito diferente de uma biblioteca particular, cujo proprietário fosse o rei da França? Em todo caso, antes de Luís XIV e Colbert, ela não tem a ambição, indissolivelmente política e cultural, de se tornar a referência absoluta por seu tamanho e pela riqueza de suas coleções, e uma das manifestações visíveis do poder total do rei muito cristão. Nesse intervalo, foram as coleções particulares que, durante boa parte do século XVI e a primeira metade do século XVII, asseguraram uma espécie de continuidade: as de famílias aristocráticas, de membros do alto clero, bispos e cônegos, e também as de personagens de grande linhagem.

Chegamos aqui a um segundo caráter da biblioteca de Jacques-Auguste de Thou. Ela é, com um certo número de outras, obra de um alto magistrado parisiense, e manifesta a importância e a força da cultura da classe parlamentar na França moderna. Trata-se aqui de um maciço cultural, cuja análise de conjunto, apesar de numerosos trabalhos eruditos já existentes, tem ainda de ser escrita. Robert Mandrou tinha reconhecido seus grandes eixos num trabalho que, infelizmente, não pôde ser acabado. Denis Richet e seus discípulos, em particular Robert Descimon, mas também uma vigorosa historiografia anglo-saxônica, enriqueceram muito nossos conhecimentos nos últimos vinte anos. Lembremos, pelo menos, que se trata de um meio ligado, por sua função, ao crescimento do Estado moderno, mas que — durante o longo período de perturbações que vai de meados do século XVI a meados do século XVII, das Guerras de Religião à Fronda — pôs seu civismo e seu peso político a serviço de um papel, muito diversamente expresso, de mediador entre as forças em conflito. Legalista e galiano, de Thou concentra em sua pessoa os traços que, coletivamente, caracterizam o grupo parlamentar. Rico em parentesco e em alianças poderosas no seio da alta magistratura e no episcopado, desempenhou um papel político importante entre o assassinato de Henrique III e o restabelecimento da paz civil, na virada do século. Mas essa atividade não é separável da vontade, do engajamento e das preocupações de um meio que, no momento em que tudo parecia ameaçá-la, se esforçou por salvar a

coesão social e política do reino, e que não cessou de refletir sobre os meios de tornar isso possível.

É aqui que sua atividade propriamente cultural adquire todo o sentido, e ultrapassa a sensibilidade e os interesses — bem reais — da pessoa particular. A biblioteca que de Thou constituiu em condições extraordinariamente difíceis e precárias é uma das peças, a seus olhos essencial, de um projeto político geral. Ela é, por sua concepção e pela sociabilidade intelectual que ele quis provocar em torno dela, um lugar aberto de encontros e debates. É destinada a mostrar, pela prática cotidiana, que o comércio das idéias e dos homens ainda é possível, se soubermos reunir as condições para isso. De Thou foi preparado para essas escolhas por uma educação européia, menos universitária que diplomática, que o pôs, quando ele tinha 20 anos, em contato com homens e lugares de saber, primeiro na Itália, depois nos Países-Baixos, na Alemanha, na Suíça. Foi então que ele começou a tecer a rede de conhecimentos, de amizades, de informações, de compras também, cujos efeitos sua biblioteca vai capitalizar. Ele o faz nas piores condições políticas, numa Europa em via de compartimentação rápida, onde a suspeita, o ódio e a guerra desorganizam os mais antigos circuitos de comunicação. Mas podemos pensar que é precisamente a ameaça já agora permanente contra a circulação das idéias e dos homens, que valoriza, aos olhos dos membros da República das Letras, a salvaguarda, ou melhor, o alargamento de uma solidariedade dos letrados, sejam quais forem sua religião, sua fidelidade política, sua origem nacional. A correspondência e a troca de livros são os dois meios principais. Para isto, a biblioteca é o ponto de apoio preferencial. É ali que as pessoas se encontram, no contato físico do saber universal, para discutir livremente. Em torno de Jacques-Auguste de Thou, sobreuseram-se, beneficiando-se um do outro, um circuito imaterial de correspondentes e um grupo concreto de eruditos ávidos de encontros e debates: de um lado, Joseph-Juste Scaliger, o amigo distante, mas também Justo Lípio, Paolo Sarpi, Bèze, Petresc; do outro, os fiéis da biblioteca "thuanienne", Isaac Casaubon, bibliotecário do rei, Claude Dupuy (aparentado com ele) e seus filhos, Nicolas Rigault, Pierre e François Pithou, Claude Chrestien, Jean Horman, Louis Servin, homens reunidos por interesses comuns, freqüentemente ligados profissionalmente ao exercício do direito, mas, em primeiro lugar, homens tolerantes, muitas vezes católicos galianos desconfiados em relação a Roma, e atentos em não romper com seus amigos calvinistas (como Scaliger ou Casaubon).



A biblioteca serve de nicho a essa sociabilidade preservada pela inteligência e pela vontade de diálogo. Mas, em compensação, é marcada por ela; para responder às condições e expectativas do círculo “thuanien”, ela deve ser enciclopédica, irrepreensível em tudo o que perence à tradição, às autoridades, mas também decididamente aberta à novidade, inclusive a mais audaciosa. Não é uma biblioteca de bibliófilo, e sim de trabalho. Daí as exigências, que Naudé faz suas no *Advis*: a primazia dada, antes, à qualidade das edições, seguindo os critérios dos eruditos, que às obras raras ou preciosas; a preocupação em juntar o saber crítico elaborado através do tempo e os comentários das grandes obras; o interesse pela produção contemporânea, a recusa dos interditos, das exclusões, mas também das hierarquias aceitas com excessiva facilidade. Essa concepção traduz uma visão otimista e voluntarista, fundada numa apresentação cumulativa do saber na história, que não se deixa obnubilhar, nem pelo prestígio dos antigos nem pelas parilhas abusivas que tentam impor os hábitos ou as autoridades. Ela comanda também uma concepção totalmente pragmática do que se chamaria hoje de biblioteconomia. O resouro dos livros deve ser ordenado segundo as classificações que serão, ao mesmo tempo, as mais simples, as de uso mais fácil, e, sobretudo, deve ser o mais largamente acessível.

Esse, extremamente resumido, o modelo que Gabriel Naudé tem em mente, quando redige seu tratado em 1627, ainda mais porque a biblioteca de Thou, além de sobreviver a seu fundador, é continuada, ou melhor, ampliada por seus herdeiros e continuadores, e, pelo menos até os anos 1640-1650, permanece, em Paris, uma referência incontestre. É nela que se inspiram as coleções que reúnem, nesse tempo, outros parlamentares, os Harlay, Lamoignon, Boubier d'Aguesseau, que ilustram então o humanismo erudito jurídico e galiano. Também a coleção de Henri de Mesmes, da qual Naudé é encarregado. Portanto, não devemos nos surpreender se o vemos evocar o orgulho e o sentimento de identidade de magistrado de seu protetor, já na abertura do *Advis*:

[...] Parece-me certo, uma vez que o senhor domina e é superior em todas as ações assinaladas, que nunca permaneça na mediocridade das coisas boas elouváveis; e visto que não tem nada de baixo e comum, que também aprecie acima de todos os outros a honra e a reputação de possuir uma biblioteca, a mais perfeita e mais bem equipada e conservada de seu tempo.<sup>6</sup>

No entanto, no momento em que Naudé resumia o balanço de uma experiência de cinqüenta anos, a situação já começava a mudar. Se a biblioteca

de Mesmes reproduz o modelo de De Thou em seus traços principais, se um círculo rico ali se encontra para realizar “conferências de livros” — de onde sairá o *Advis* —, o tom tende, pouco a pouco, a se alterar. Enquanto sobem as altas águas da reforma católica (e sobretudo parisiense), sem que o ideal de tolerância seja realmente questionado, o proselitismo começa a se fazer sentir de modo cada vez mais insistente, e a empobrecer o debate intelectual. Sobre tudo, enquanto o Estrado absolutista afirma suas ambições e prerrogativas, o meio parlamentar, cujo papel foi tão central no período precedente, não está mais só a encarnar os valores que defendia no tempo de agitações, e esses valores se transformam. Se é preciso esperar até os anos 1660 para ver aparecer uma grande política pública do livro, com o surgimento, energeticamente sustentado, da Biblioteca Real, a continuidade começa a ser garantida por iniciativas políticas e culturais que já são de outra natureza: as poderosas coleções reunidas por Richelieu, por Mazarin (pela qual Naudé será responsável de 1642 a 1652), por Colbert, em grau menor pelo chanceler Séguier, ainda são iniciativas privadas, mas criadas por grandes figuras que querem ilustrar assim sua ação pública. Da herança de De Thou, conservaram muitos de seus princípios e práticas, a começar pela abertura ao mundo dos letrados, mas elas estão mais próximas do poder, e sua sociabilidade se esvaziou, pelo menos em parte, de seu fervor militante. Não imaginemos uma busca substituição: trata-se, antes, de uma transição lenta, que vê coexistirem formas afins — pensemos no gabinete dos irmãos Dupuy —, diversificadas, mas que tendem a se tornar autônomas. Aliás, outros lugares de confronto, outros circuitos se oferecem aos militantes da República das Letras. O humanismo parlamentar está longe de ter desaparecido, mas não é mais que um dos elementos de um dispositivo mais complexo.

Não é apenas essa reorganização parcial da rede intelectual que está sendo questionada. As idéias também mudam. A libertinagem erudita, de que Naudé é uma das grandes figuras, distancia-se, nesses anos, do fundo de convicções e valores que tinham nutrido a cultura parlamentar. Distâncias em matéria de religião, mas também em matéria de política, como sabemos desde o grande livro de René Pintard. Ela concebe também sua atividade intelectual em outros termos: mais discreta, às vezes mais secreta, está em busca de modalidades novas no que concerne às relações entre o bom uso da razão e o exercício do poder. Não solicitaremos o texto do *Advis* para presenciar os traços dessa evolução. Mas a transformação em curso, e a redefinição parcial dos objetivos e meios da República das Letras em sua versão francesa, dão ao texto de 1627 uma situação ambígua, pois ele tira a lição de uma experiência que começa então a cair no passado.



Isso constitui um dos interesses do *Advis* que mereceria ser mais sublinhado do que tem sido. Há trezentos e cinquenta anos, e hoje mais ainda, escolheu-se, com razão, ver nesse curto tratado um primeiro manifesto da biblioteca moderna, e é justo fazê-lo, embora não seja único e pertença a uma tradição mais ampla, na França e na Europa. No entanto, seria deplorável — e, a meu ver, perigoso — erigi-lo como modelo intemporal, ou mesmo inseri-lo apenas na longa duração da história da cultura livresca. O *Advis* é também um texto datado, que se situa numa virada decisiva dos valores e das práticas intelectuais do início do século XVII. Se o canonizarmos demais, correremos o risco, atentando apenas para o que ele ainda nos diz, de perder de vista as sutis modificações que assinala e que nos permite descobrir. Pois, se é verdade que a obra de Naudé é o manifesto de uma cultura do livro que se quer aberta, acessível, organizada unicamente segundo as exigências do conhecimento crítico, ela nos convida também a refletir sobre as condições concretas e variáveis em que esse programa geral e generoso pode ser executado. Caberia pois retomar a vida e a obra inteira de Gabriel Naudé, confrontando todos os aspectos de uma atividade multiforme. Bibliotecário, ele se atreve rigorosamente, em particular a serviço de Mazarin, aos princípios que proclamara no *Advis*. Erudito e militante, reve também de se adentrar — e soube fazê-lo — por outros caminhos — os que as mutações de seu tempo lhe impuseram reconhecer.<sup>7</sup>

Jacques Revel

PARTE III  
A TRANSMISSÃO, A PERDA  
E O ESQUECIMENTO





## Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação



A própria gênese da gramática está ligada à biblioteca. Provavelmente, existiu um ensino gramatical antes de toda biblioteca, pois, assim que foi constituído um sistema gráfico alfabético, e mesmo silábico, ele foi ensinado: esse conhecimento das letras é a especialidade evocada por Platão (*Le sophiste*, 253a) com o nome de *gramática (grammatikè)*. O objeto desse ensino era, então, o aprender a ler e escrever, e, como isso se praticava a partir dos textos homéricos, o mestre ensinava a acentuar corretamente a leitura, explicava as palavras ou as expressões poéticas encontradas ao longo do texto, contava os diferentes mitos que podiam esclarecer-lhe o sentido, e com isso dispensava finalmente um ensino elementar amplo, suscetível de dar acesso à base da cultura da época. A fundação da Biblioteca de Alexandria, no início do século III a.C., fez evoluir esse estado primitivo da gramática. De fato, esse acontecimento provocou a reunião de um número considerável de manuscritos, atestando frequentemente tradições diferentes dos mesmos textos — daí, a necessidade de classificar esses manuscritos, de estabelecer os textos, de comentá-los para torná-los acessíveis ao público e justificar-lhes as escolhas críticas. Esse foi o trabalho dos filólogos alexandrinos, e, além das edições críticas propriamente ditas, tomou a forma de coletâneas de termos dialetais, poéticos, fora de uso, de monografias sobre a língua de um ou outro autor ou sobre dificuldades particulares, de comentários estilísticos, de aperfeiçoamento dos métodos de edição, etc.<sup>1</sup> Originariamente, o ensino gramatical e a atividade filológica eram distintos. Entretanto, os gramáticos eram, por sua formação, os mais aptos a realizar esse trabalho filológico. Assim, essas duas atividades foram, muito cedo, consideradas como as duas faces de uma mesma especialidade, a gramática: já no início do século II antes de nossa era, Aristófanes de Bizâncio, quarto bibliotecário de Alexandria, é tido como o maior gramático de sua época, assim como seu sucessor Aristarco. Esta primeira etapa na formação dessa disciplina é o término de um processo de



acumulação: quando a multiplicação dos manuscritos atingiu um limiar tal, que sua reunião em grande escala devia se apresentar como uma necessidade, surgiu o problema da *unidade* do texto em face da pluralidade dos manuscritos, e é com essa constatação da variante que nasce a filologia, integrada à gramática por intermédio da explicação de textos.

A atividade filológica não se fundiu na gramática: ela se manteve como tal, permanecendo a prática propriamente filológica da crítica textual, ao longo da Antiguidade, um aspecto da atividade gramatical. Todavia, a introdução da filologia no quadro gramatical induziu também, e sobretudo, a uma modificação nas finalidades que os gramáticos atribuíam à sua atividade, e, finalmente, na própria percepção que tinham da língua. Com efeito, diante das observações acumuladas pelos filólogos alexandrinos, surgiu — no período de transição do fim do século II a.C. e do início do século I — a idéia de elaborar regras gerais que fossem independentes dos usos particulares de tal ou tal autor, mas que pudessem, eventualmente, explicar ou justificar esses usos particulares. Essa evolução é perceptível no amplo debate que se travou, nesse momento, em torno da definição da gramática, e do qual Sextus Empiricus nos transmite alguns elementos (*Contre les grammairiens*, 57-90). Tratava-se de dar à gramática uma posição na escala do saber (é uma ciência?), e de delimitar seu campo (os textos, ou, mais geralmente, a língua?). Assim, como nos relata ainda Sextus Empiricus (*Contre les grammairiens*, 91-93), no procedimento gramatical, torna-se fundamental uma oposição entre uma parte dita *historikon*, em que a análise procede caso por caso, e uma parte dita *tekhnikon*, em que se trata de determinar regras gerais de funcionamento.

Passou-se assim, progressivamente, nessa época, de uma concepção da gramática como *competência em matéria de textos* a uma concepção da gramática como *sistema da lingua*.

Esse problema é correlativo de outra evolução, que se percebe na mesma época no âmbito da retórica. Pelo menos desde Aristóteles e Teofrasto, a retórica comporta uma análise das “qualidades do discurso”, que são, por exemplo, as que cita Teofrasto: correção, clareza, conveniência, ornamento. Entretanto, há duas maneiras de conceber a “qualidade”. Pode ser, de início, o que se distingue, para melhor, do comum; é o caso, por exemplo, do ornamento, que é, em princípio, um melhoramento. Mas nem todas as qualidades podem ser consideradas como melhoramentos em relação a uma norma: a correção, em particular, não pode ser concebida senão como uma norma. O estudo da correção levava, assim, a um tipo de análise específica

em relação à perspectiva retórica; realmente, a correção depende de regras que se podem aplicar indistintamente a qualquer discurso, sem preocupação com seu conteúdo ou suas intenções; isto é, sem preocupação com o que é a própria essência da perspectiva retórica. Interessar-se pela correção é interessar-se pelo que, num enunciado, é independente das circunstâncias em que é emitido ou da pessoa que o usa. A correção pertence à língua, não ao discurso. O estudo dessa qualidade que é a correção dissociou-se, pois, decididamente, da análise retórica, tornando-se o âmago de uma disciplina vizinha, a gramática. Está aí todo o sentido da concepção da gramática como *sistema*: tratava-se de pôr em evidência as propriedades comuns e invariáveis da língua, numa palavra, seus aspectos sistemáticos.<sup>2</sup>

Levando mais longe a indagação, no século I antes de nossa era, os gramáticos se interrogaram sobre os fundamentos do “sistema”, sobre o que autorizava a dizer (além da constatação empírica espontânea) que uma forma era ou não correta. Interrogaram-se, então, a respeito dos próprios critérios da correção: este é o tema das pesquisas sobre a analogia, o principal critério do ponto de vista de um sistema de língua; e, mais geralmente, dos numerosos estudos *Peri hellenismou*, continuados mais tarde no domínio latino sob o título *De latinitate*, e atestados desde o século I a.C.<sup>3</sup>

Tendo chegado a esse ponto, a gramática antiga se apresenta como a racionalização de uma acumulação: autoridades linguísticas, os textos são a diversidade, materializada e manifestada em sua origem pela biblioteca, e a gramática, nascida dessa acumulação, se apresenta como o princípio racional que permite nos encontrarmos na diversidade, e, por conseguinte, lê-la.

Todavia, essa concepção da gramática encerra uma contradição que Sextus Empiricus explorou no século II d.C., mas que existia desde a origem da gramática como sistema. A crítica de Sextus (*Contre les grammairiens*, 209-216) se aplica ao próprio âmago do dispositivo gramatical de análise da correção, isto é, ao exame do solecismo, e Sextus integra essa crítica em uma argumentação destinada globalmente a negar a validade da noção de correção em matéria de gramática. A base da argumentação de Sextus é que só há dois critérios possíveis: ou o uso (e, nesse caso, um solecismo é simplesmente uma combinação de palavras que não corresponde, como tal, ao que se diz comumente), ou então a analogia (e, nesse caso, um solecismo é apenas uma combinação de palavras que não está conforme com a sistematização gramatical). Se a analogia for empregada sozinha como critério do solecismo, chegar-se-á a absurdos, pois fórmulas muito usadas deverão ser qualificadas de solecismos,



quando, manifestamente, não são erros; por exemplo, a fórmula *Athênai kale pois* ("Atenas é uma bela cidade") é um solecismo em relação à sistematização gramatical, pois há incoerência entre o plural *Athênai* e o singular *kale pois*; e, no entanto, essa fórmula corresponde a um uso constante, que seria absurdo denunciar como errôneo. Por outro lado, se o critério utilizado for o uso, isto significa que a analogia não serve para nada, nem, por consequente, a gramática. Em suma, o dilema no qual Sextus encerra a gramática visa os efeitos da acumulação: a gramática é a ciência dessa diversidade que nasceu da acumulação, mas, para dizer essa diversidade, ou simplesmente a repete, e não serve para nada, ou então a sistematiza e, com isso, não a diz mais.

Constata-se essa tensão nos tratados de gramática que chegaram até nós? De fato, vemos neles uma tensão desse gênero, mas entre a estrutura desses tratados e os exemplos citados, isto é, o *corpus* no qual se fundam. O esquema de análise gramatical que se impôs, e que foi se afinando constantemente, é o da *Ars grammatica*, decalque do grego *Tekhnè*, isto é, um modo de apresentação da acumulação sistematizada. Com efeito, a maioria dos estudos que nos chegaram segue um esquema único, de forma piramidal: definição de conjunto da categoria abordada, depois enumeração das subcategorias (*accidentia*), que podem ser elas próprias subdivididas, e assim ao infinito, de modo que há virtualmente lugar para tudo (as classificações superpostas não sendo homogêneas), mas permitindo selecionar tal classificação de preferência a tal outra, para conservar apenas o que parece o mais sistemático.<sup>4</sup> Sem dúvida, cada gramático é livre para efetuar, no detalhe, as escolhas mais variadas: a seleção deste ou daquele elemento a ser examinado, a ordem adotada, e não apenas a doutrina aceita em cada ponto, tudo difere de um tratado a outro, sem que nenhum estabeleça em realidade uma verdadeira norma.<sup>5</sup> No interior do que se supõe ser a acumulação sistematizada, a desordem é completa, a tal ponto que os gramáticos tardios experimentam cada vez mais dificuldades para organizar sua matéria e justificar a progressão que adotam.<sup>6</sup> Mas essa deriva apenas vem sublinhar o projeto inicial de sistematização: em seu princípio, o esquema artigráfico visa uma explicação global do sistema da língua. Diante desse projeto, qual é a língua em questão? São os exemplos que o indicam. Ora, em geral, são exemplos de autores, mas de autores arcaicos ou clássicos, ao passo que os tratados de gramática que possuímos são tardios.<sup>7</sup> Em Prisciano, no século VI de nossa era, os autores latinos mais freqüentemente citados são Terêncio, Cícero e Virgílio, e o mais recente, o mais "moderno" é Juvenal, anterior de quatro séculos ao gramático. Essas gramáticas não dão conta da língua do gramático, a língua usada, e sim da

língua dos autores, a língua *autorizada*, e, sob esse aspecto, elas são, antes, o reflexo da biblioteca do gramático. Reflexo real ou suposto: nem sempre é possível distinguir os exemplos tomados de empréstimo diretamente aos autores daqueles que o gramático recebeu de seus predecessores. Mas o maço de fichas se apresenta aqui como uma biblioteca ideal: reduzida, limitada a alguns exemplos esclarecedores, moldada pela sistematização artigráfica, a diversidade inicial da qual se devia dar conta encontrou-se laminada pelo esquema artigráfico.

A fonte dessa evolução está no outro componente original da gramática, ou melhor, no único componente original da gramática, a saber, a atividade pedagógica fundada na explicação dos textos fundamentais. Enquanto a prática filológica era mais especializada, mais erudita, o ensino gramatical escolar devia primeiro assegurar uma base elementar. As *Artes* do III ao V século, que são, antes de tudo, manuais, ilustram esse fenômeno, apresentando um leque restrito de autores citados. Em suma, a própria idéia de sistema generalizado, susceptível de transcender a infinita diversidade surgida concretamente com as acumulações de textos, tem como resultado, através de sua recuperação escolar, servir de reflexo a uma biblioteca limitada.

Essa contradição se patenteia, no extremo fim da Antigüidade, no último grande texto gramatical que ela produziu, as *Instituições gramaticais* de Prisciano.

Neste tratado, redigido nos anos 525-527 em Constantinopla, Prisciano redefine os limites da exposição sistemática de gramática em relação à tradição latina, introduzindo, após a apresentação dos sons e das sílabas, e em seguida, dos constituintes do enunciado (as diferentes categorias de palavras), um nível superior da análise, que vem coroa-la e concluí-la: a *constructio*, decalque do grego *suntaxis*, isto é, o exame da combinação dos constituintes do enunciado uns com os outros. Esse tipo de análise já havia sido praticado por gramáticos gregos, notadamente pelo principal inspirador de Prisciano, Apolônio Discolo, no século II de nossa era, mas em tratados independentes, ao passo que Prisciano o introduz numa obra de tipo artigráfico, isto é, numa perspectiva de conjunto, construída segundo um esquema destinado a um brilhante futuro, pois nele se reconhece a tripartição fonética/morfológica/sintaxe. Essa inovação leva Prisciano a reencontrar o procedimento inicial da gramática, a saber, a busca de uma racionalidade. Com efeito, todo o objeto da análise, já definido na introdução dos dois livros, 17 e 18, consagrados à *constructio*, consiste em encontrar a *ratio*, o *princípio explicativo*, que rege as construções



atestadas pelo *usus*, pelo uso – ficando entendido, a título de pressuposto, que todo enunciado inteligível é construído, e que toda construção responde a um funcionamento sistemático, suscetível de ser descrito. De fato, essa busca de um funcionamento sistemático capaz de dar conta, do princípio ao fim, de todas as construções atestadas, acaba se perdendo em contradições cada vez mais frustrantes, como se vê no início do livro 18. Este livro, o último das *Instituições gramaticais*, é essencialmente consagrado à construção dos casos e dos modos. Prisciano está encurralado entre duas exigências: a de definir um princípio explicativo (*ratio*) e a de resolver uma multiplicidade de empregos atestados (*usus*). Sob essa pressão, os esquemas inicialmente utilizados tendem a se pulverizar, ruindo sob o número das construções particulares. Com efeito, Prisciano dispõe de alguns valores semânticos de base, claros e pouco numerosos, para explicar o valor do subjuntivo ou o valor dos casos, mas esses valores se revelam insuficientes, e ele recorre a uma quantidade de valores secundários, cada um dos quais corresponde a uma estrutura particular; mas eles não podem dar conta dos mecanismos que regem, em seu conjunto, as estruturas consideradas. Por isso, depois de um longo tatear, Prisciano interrompe bruscamente o tipo de análise que usa desde o começo do livro 17 e inicia outro, que ocupa todo o fim do livro 18 (GL III, 278.13 – 377.18). Esse novo e último desenvolvimento é uma espécie de léxico. Várias estruturas são tomadas uma a uma, sem outra ordem senão a alfabética aproximativa. Para cada uma, Prisciano assinala os paralelismos ou as divergências que observa entre o grego e o latim. Em certos casos, sublinha a diversidade de construções no interior de cada língua, particularmente no caso de construções múltiplas. Cada rubrica é ilustrada com exemplos, às vezes numerosos. Nada mais: toda tentativa de interpretação desaparece atrás da pura enunciação do fenômeno, atrás da simples citação do uso. Ora, essas anotações não constituem um simples apêndice: elas invadem todo o fim da obra, estendendo-se por 100 páginas da edição das *Instituições gramaticais*, abrilhantadas com mais de 750 citações de autores. É uma massa enorme de dados, apresentados em estado bruto. Ali podemos encontrar de tudo: estruturas já examinadas e outras de que nunca se tratara, pontos de sintaxe e outros de semântica, latim, grego, etc. A busca de um princípio explicativo, de uma lógica interna das estruturas, só permitiu a Prisciano dar conta de algumas estruturas fundamentais. Mais que Apolônio, Prisciano é sensível a essa limitação da *ratio* em relação ao *usus*. Eis por que, depois de se debater com princípios teóricos que ele tentava perpetuamente adaptar a uma realidade fugidia, Prisciano abandona qualquer princípio teórico, e deixa o campo livre a sua anttesé,

o *usus*. A gramática se apaga diante de seus próprios exemplos; desaparece todo comentário, toda construção da exposição, todo fio condutor.<sup>8</sup>

É a acumulação reencontrada, e com o motivo confesso do prazer, como salienta Prisciano, introduzindo essa lista:

(...) Isso me levou a pensar que era necessário reunir, para todas as categorias de palavras, um grande número de construções variadas, tomadas de empréstimo aos autores gregos e latinos: os exemplos dessas estruturas são um verdadeiro prazer e um constante proveito para todos os que se dedicam a merecer a honra de ensinar as duas línguas.

Esse prazer só tem fim em sua própria saciedade: mais que terminar, a obra se interrompe com uma citação de Terêncio, *Sed postquam intus sum omnium rerum satius* (“Mas agora que estou aqui saciado de todas as coisas...”), que diz que o término desse gozo da acumulação só reside na saturação. Por que essa reviravolta última, esse retorno final à acumulação primeira, essa substituição derradeira da ordem pelo prazer, que, mais que a enciclopédia de Isidoro de Sevilha, marca o fim da gramática antiga? Não é indiferente que, às vésperas do desaparecimento de tantos textos, aquele que tem o encargo de pôr ordem na língua afirme a supremacia da acumulação: o essencial está na existência da diversidade, e a ordem não faz mais que pretender explicá-las. Essa última reviravolta devolve a gramática à sua função de transmissão do patrimônio, fora do filtro que, na própria origem da biblioteca, através do fenômeno da resolução da variante, pretendia reabsorver o excesso de texto. A gramática tinha acabado por perder de vista a acumulação de que tinha o encargo: seu fracasso, no término do percurso de Prisciano, vem lembrar-lhe que sua função primeira é permitir circular na infinita variedade dos textos, e não reabsorvê-los em simplificações normativas.

Marc Baratin



## As bibliotecas antigas e a história dos textos



Num poema escrito no exílio, Bertolt Brecht imagina o furor de um autor, ao constatar que suas obras tinham sido esquecidas pelos nazistas, quando estes haviam queimado os livros numa fogueira, em 10 de maio de 1933. "Er eilte zum Schreibtisch / zornbeflügelt, und schrieb einen Brief an die Machthaber. / Verbrennt mich! Schrieb er mit fliegender Feder, verbrennt mich! / Tut mir das nicht an! Hab ich nicht immer die Wahrheit berichtet in meinen Büchern? Und jetzt / werd ich von euch wie ein Lügner behandelt! Ich befehle euch /: verbrennt mich!"<sup>1</sup>

Muito se escreveu sobre o "poder" do livro, e esse próprio poder está na origem da tensão que existe entre os livros e o poder. Goethe ficou impressionado assistindo, um dia, à execução capital de um livro, isto é, à eliminação física de um objeto inanimado na fogueira, segundo o procedimento usado para as bruxas. Lembramos também as palavras de Caliban em *The tempest* de Shakespeare, quando o detestável beberão sugere a seu companheiro matar Próspero, o humanista, e acrescenta: "Despoja-o, previamente, de seus livros; privado de seus livros, ele é tão tolo quanto eu" (ato III, cena II).

A idéia de que os livros são investidos de um poder, ou de que eles comunicam um certo poder a seus proprietários, é uma concepção típica das sociedades arcaicas, mas ela se prolonga até os nossos dias. A iniciativa do imperador Tibério, que mandou queimar as *Historias* do senador-historiador Cremutius Cordus, é comentada por Tácito nestes termos:

Quanto a seus livros, os senadores encarregaram os edis de queimá-los, mas eles subsistiram, escondidos, e depois publicados. As pessoas se comprazem mais ainda em zombar da cegueira dos que, por sua tirania atual, acreditam poder sufocar até a lembrança na geração seguinte. Muito pelo contrário, castigando os gênios, aumenta-se sua autoridade, e os reis estrangeiros, ou os que exerceram a mesma crueldade, não conseguiram nada mais que vergonha para eles próprios e glória para suas vítimas. (*Annales* IV, 35, 5)

A reflexão de Tácito tem um alcance universal: ele se exprime de uma forma alusiva; talvez vise, como sugeriu Ronald Syme, a situação de seu tempo. Em todo caso, ele consagrou a Cremutius um relato bastante circunstanciado, cujo propósito é, evidentemente, mais geral: ele descreve a luta entre "o livro" e "o poder", e se declara persuadido da vitória final do livro. No fundo, em sua qualidade de historiador-senador, fala de si próprio.

A história, de Tibério a Hitler, abunda em situações comparáveis. Leo Lowenthal, que esboçou, em 1983, uma história das fogueiras de livros, fala, a propósito disso, de um verdadeiro "calendário de Caliban". Ovídio, o poeta perseguido por Augusto por razões obscuras, deixou Roma e foi exilado em Tomi, um vilarejo bárbaro no mar Negro; seus livros, mesmo os mais "sérios", como *As metamorfoses*, foram excluídos das bibliotecas públicas de Roma. E por isso que Ovídio imagina, em *Tristes* (III, 1), que seu livro *personificado*, depois de viajar de Tomi para Roma, tenta em vão ser aceito numa das bibliotecas da capital: aquela fundada pelo próprio Augusto sobre o Palatino, ou a de Asinius Pollion, nos locais do antigo *Atrium Libertatis*. Esse livro *personificado* lembra a invenção de François Truffaut, em *Fahrenheit 451*, onde os homens "revoltados" se identificam cada um a um texto, decorado e recitado secretamente, para evitar a repressão dos dominadores-destruidores de livros.

"Livro de um exilado, estou chegando temerosamente a esta cidade para a qual ele me envia. Oferece leitor amigo, oferece uma mão benevolente ao viajante cansado": este é o início da elegia de Ovídio. Nos versos seguintes, o livro se queixa de ter sido rejeitado em toda parte; até "a Liberdade" o expulsou: "De seu *atrium*, o primeiro que foi aberto às douradas obras, a Liberdade me proibiu o acesso"; entenda-se que os responsáveis pela antiga biblioteca de Asinius não aceitaram em suas prateleiras o livro do poeta em desgraça. No fim do poema, o livro, decepcionado com tal acolhida, se dirige, num tom ligeiramente revoltado, a um público bem diferente: "E vós, diz ele, se for possível, *mãos plebéias*, acolhei meus versos, envergonhados por terem sido rejeitados!". Temos aqui uma indicação preciosa sobre a difusão "popular" da leitura em Roma.

"*Liber derivatur a liberare*", diz o *Thesaurus* da língua latina (s.v. 1 27 1, 1 2). A etimologia é explicada por Cassiodoro (*Institutiones*, prefácio do livro II) da maneira seguinte: "*Liber* dictus est a libro, id est arboris cortice dempto atque *liberato* ubi ante inventionem cartarum antiqui carmina describebant". *Livro* e *liberdade* se exprimem, pois, na língua latina, com os



mesmos signos alfabéticos. Podemos nos alegrar com esse feliz capricho da língua dos romanos. Em todo caso, *liber* permanece a palavra habitual, mesmo quando o rolo de papiro se impõe, e o termo mais apropriado para indicá-lo seria *volumen*.

Haveria, pois, uma relação problemática entre os livros e o poder. Na escala da história, nos confrontamos com dados contraditórios. De um lado, o poder político — a partir, digamos, da dinastia dos Ptolomeus, ou, em Roma, a partir de Augusto — patrocina a criação das bibliotecas; de outro, o poder exerce um controle mais ou menos rigoroso sobre a circulação dos livros, e mesmo sobre sua existência. O imperador chinês Houang-ti mandou queimar todos os livros em 213 a.C. (trata-se do mesmo imperador que encerrou seu país dentro da Grande Muralha). É preciso confessar que ele se comportava, em relação aos livros, da mesma maneira que um imperador romano muito culto como Tibério, ao qual se deve, como lembrei, a iniciativa de ter mandado queimar os livros de Cremutius Cordus, historiador-senador tido como excessivamente “republicano”. A *melida* é, com certeza, diferente num caso e no outro, mas o espírito que o inspira é o mesmo.

Alenda de Houang-ti é, podemos dizer, diametralmente oposta àquela, quase contemporânea, de Ptolomeu II Filadelfo. Ambos dispõem de um conselheiro: de um lado, Li Sseu, primeiro-ministro chinês, do outro, Demétrio de Falero. Mas, enquanto Demétrio preconiza o desenvolvimento da biblioteca (pelo menos, se aceitarmos o relato um pouco fabuloso da *Carra de Aristen*), o primeiro-ministro chinês sugere a destruição dos livros e dos arquivos. Se o objetivo que Demétrio e Ptolomeu II visam é a acumulação fantástica dos livros do mundo inteiro num único lugar, o primeiro-ministro chinês tem horror ao conhecimento, julgado perigoso para a estabilidade do reino. Ele é consciente do fato de que a filosofia, o conhecimento histórico e a poesia poderiam ser instrumentos para criticar o presente. Eis aqui suas palavras: “Os que ousarem falar entre si do *Cânone dos poemas* e do *Cânone da história* serão executados, e seus corpos, expostos na praça do mercado”, diz Li Sseu. “Todo aquele que, referindo-se ao passado, criticar o presente, será morto (...). Os livros que não devem ser destruídos são os que tratam da medicina, da farmácia, da adivinhação, da agricultura e da arboricultura.”

Acrecentemos que a grande biblioteca dos Ptolomeus não é, em princípio, uma biblioteca *pública*: pelo contrário, era a biblioteca *do rei*, e mesmo os eruditos que a habitavam e a animavam eram, em certo grau, “propriedade do rei.”

Tudo que resta de uma civilização é o que ela escreveu. Pode-se escrever — é verdade — tanto com os monumentos quanto com o alfabeto; mas, como diz Vitor Hugo num capítulo famoso de *Nossa Senhora de Paris* (1831), em determinado momento *isto*, (o livro escrito) matou *aquilo* (a arquitetura-escritura). Entretanto, Hugo se engana quando afirma que a “arquitetura foi, até o século XV, o principal registro da humanidade”, e que, “nesse intervalo, não apareceu no mundo um pensamento um pouco complicado, que não se tenha feito edifício” (livro V, cap. 2). A fórmula é eficaz, mas unilateral.

Tentemos imaginar o que seria nosso conhecimento da Antiguidade Clássica, se não pudéssemos nos apoiar em testemunhos escritos (manuscritos, inscrições, etc.). Ora, a *civilização*, a civilização urbana greco-romana, confiou sua memória à escrita: os arquivos e as bibliotecas tornaram-se rapidamente, sobretudo a partir da conquista greco-macedônica do mundo oriental, os lugares e instrumentos privilegiados da memória. Daí a importância da história dos livros e das bibliotecas no mundo greco-romano. Essa história nos ensina como a memória desta civilização foi conservada, ou parcialmente apagada, ou mesmo, em certos casos, totalmente perdida. Seguir os avatares das bibliotecas do mundo clássico é uma das condições para compreender o estado de nossos conhecimentos sobre a Antiguidade. A história de Atenas, que seus habitantes tinham a possibilidade de escrever, não remontaria mais longe que a Dístirato e Sólon. Com exceção de Homero, não havia documentação relativa às fases anteriores: Heródoto e Tucídides o reconhecem abertamente, e o segundo mostra também, em sua *Argueologia* (livro I), que, finalmente, a Grécia inteira sofria da mesma memória “curta”. Baseando-se numa documentação escrita, que remontava a muito antes da guerra de Tróia, os sacerdotes egípcios podiam, com razão, definir os gregos da época de Sólon como “crianças”, conforme lembra Platão no *Critias*.

Isto posto, devemos confessar que só conhecemos, mais ou menos bem, a história de um número muito pequeno de bibliotecas clássicas, e, sobretudo, que não é diretamente delas que provém o que nos resta da Antiguidade Clássica.

Considerada em seu conjunto, a história das bibliotecas da Antiguidade não passa de uma série de fundações, reconstruções e catástrofes. Um fio invisível liga todos os esforços feitos pela civilização do mundo helênistico-romano para salvar seus livros, esforços múltiplos e, em geral, ineficazes. Tudo começa em Alexandria: Pérgamo, Antioquia, Roma, Atenas são apenas repetições. Destruições, saques, incêndios atingem infalivelmente as grandes



coleções de livros. Mesmo as bibliotecas de Bizâncio não constituem exceção. Por isso, o que subsiste não provém dos grandes centros, que são, em geral, os mais vulneráveis, mas, de preferência, da periferia.

Edward Gibbon, o maior historiador da decadência romana, liga admiravelmente, em sua obra (*Declínio e queda do Império Romano*, cap. LI), a lembrança melancólica do destino das bibliotecas da Antiguidade a um esboço da história da tradição. A ocasião lhe é fornecida pela conquista árabe de Alexandria (22 de dezembro de 640) e pela controvérsia sobre a destruição dos livros conservados, nessa época tardia, na antiga capital dos Ptolomeus.

Lamento sinceramente bibliotecas mais preciosas, que se encontraram envolvidas na ruína do Império Romano. Mas, quando eu calculo seriamente a distância dos tempos, os prejuízos produzidos pela ignorância, e, enfim, as calamidades da guerra, mais espantoso me causam os tesouros que nos restam que os que perdemos. Grande número de fatos curiosos e interessantes caíram no esquecimento; as obras dos três grandes historiadores de Roma só nos chegaram mutiladas, e somos privados de uma quantidade de peças agradáveis da poesia lírica, iâmbica e dramática dos gregos; mas devemos nos alegrar de que os acontecimentos e os estragos do tempo tenham poupado os livros clássicos, aos quais o sufrágio da Antiguidade outorgou o primeiro lugar do gênio e da glória. Nossos mestres no conhecimento da Antiguidade tinham lido e comparado as obras de seus predecessores; e não há motivo para crer que uma verdade importante ou uma descoberta útil tenha ficado perdida para nós. (Trad. M.F. Guizot (1812), Paris, Laffont, col. Bouquins, 1983, t. II, p. 569.)

Gibbon identifica assim um princípio regulador da tradição: conservaram-se, em primeiro lugar, os autores cujas obras formam uma “bacia de recepção” dos conhecimentos que as precederam. Cita três nomes: *Aristóteles*, *Plínio* e *Galeno*. O exemplo mais evidente é o de Plínio (*Historia naturalis*), cujo primeiro livro é inteiramente consagrado, além dos sumários de cada obra, à enumeração de todos os autores (latinos e estrangeiros) retomados em cada um dos livros. Quanto a Aristóteles, é quase supérfluo lembrar todo o trabalho de pesquisa que está na base de seus tratados: pesquisa das obras dos autores dramáticos, dos oradores, dos historiadores, dos pensadores que o precederam. No fundo, é como se dispuséssemos ainda, embora indiretamente, das bibliotecas onde tais autores “enciclopédicos” trabalharam. Pelo menos, é o que Gibbon nos sugere.

O modo pelo qual Gibbon liga imediatamente a consideração do destino das grandes bibliotecas e a história dos textos é admirável, mas o balanço que estabelece é um pouco “ao estilo de Pangloss”. Seu otimismo singular

não deixa de ter significação “teleológica”, tão pouca estima ele mostra em relação ao que foi perdido.

Para apreciar a extensão do desastre, é preciso partir, mais uma vez, da Biblioteca de Alexandria e de seu crescimento inexorável. Eu gostaria de examinar, inicialmente, dois campos: as traduções e os comentários. Uma rica tradição, que não seria razoável recusar, atesta que, na grande biblioteca, um setor considerável era reservado às traduções: Epiânio, *De mensuris et ponderibus*, cap. 9; Tzerzès, *Prolegomenes de la comédie*, p. 33, ed. Koster; Georges Le Syncelle, p. 516, ed. Bonn; Georges Kédrenos, p. 289, Bekker. A partir de Pfeiffer, considera-se geralmente que uma fonte helênística bem informada se encontra na base desta tradição: os dados são coerentes, as cifras, um pouco fantasistas.

No domínio dos comentários, ninguém pode arriscar cifras; mas lá também temos indícios. Graças ao papiro de Berlim, sabemos que o comentário de Dídimo às *Filípicas* de Demóstrenes compreendia dezenas de rolos. Aliás, um indício notável de nossa ignorância neste domínio parece-me ser o fato de que uma carta particular de um advogado de Hermópolis nos revelou a existência de um comentário a Demóstrenes até então desconhecido: o autor é Alexandros Klaudios (Pap. Berol. 21.849). Ainda a propósito dos comentários, cabe assinalar a amplitude de outra obra exegetica perdida, a de Clitômaco consagrada a Carnéades: ela compreendia cerca de quatrocentos rolos, como nos informa Diógenes Laércio (IV, 67) segundo um *pinax*. E o retórico Themistius, num discurso (*Or.* IV) pronunciado em honra de Constandácio II, por ocasião da fundação da Biblioteca do Palácio em Constantinopla, nos informa que, entre as obras em perigo, os comentários de Homero e de Hesíodo se encontram em primeiro lugar.

Num outro domínio, a historiografia — que se desenvolveu sem interrupção em todo o mundo greco-romano, e cujos novecentos autores conhecidos, ou quase, classificados na coletânea inacabada de Jacoby, não são mais que uma amostra devida ao acaso —, Hermann Strasburger propôs, há uns dez anos, um conjunto de cálculos cujo resultado é o seguinte: a relação entre textos conservados e textos perdidos é de um para quarenta. Relação que se torna ainda mais desfavorável, se levarmos em conta os inumeráveis textos perdidos sem deixar vestígios.

Para estabelecer o balanço dessas perdas, devemos considerar, de início, a extensão do “fenômeno” das bibliotecas no interior do mundo greco-



romano. Devemos imaginar a rede das inumeráveis bibliotecas públicas e particulares da Gália à Itália, da África do Norte à Espanha, da Ásia Menor à Grécia, sem esquecer o Egito, e, a partir de certa data, Constantinopla: as bibliotecas públicas de grande fama, mas também as bibliotecas públicas das cidades pequenas, como Tauromenium, na Sicília (onde se descobriu recentemente, numa inscrição, o catálogo da biblioteca local), as bibliotecas dos ginásios (de Atenas a Tingad, de Carrago a Éfeso, etc.), e, enfim, as bibliotecas particulares; não somente as imensas coleções à maneira de Lucullus, de Atticus ou de Cícero, mas também coleções mais modestas, que incluíam apenas alguns títulos: podemos imaginá-las a partir de tantos papiros encontrados nas areias egípcias, cujo *verso* foi reutilizado.

O desaparecimento de tamanha quantidade de livros, apesar da amplitude de sua difusão nesse imenso espaço geográfico, é um fenômeno quase único na civilização humana. Com exceção dos papiros egípcios, não conservamos exemplares “da época”, e sim, na maioria dos casos, cópias tardias redigidas na Idade Média, ou mesmo no começo da Renascença. Com efeito, nesse ínterim, outra civilização nascera, e criara suas próprias bibliotecas, substituindo os raros exemplares herdados da Antiguidade por novas cópias, em outra escritura, cheias de erros e integradas em outra *forma de livro*.

Surge então outro problema: a partir de quais exemplares a Antiguidade tardia e, sobretudo, a Idade Média procuraram *salvar* os textos que haviam sobrevivido a tantas destruições e ruínas? Temos uma certeza: as bibliotecas públicas foram as primeiras a cair. Amiano Marcelino escreve (XIV, 6, 18), a propósito da cidade de Roma em meados do século IV d.C. (353/354): “As bibliotecas, como os túmulos, estão fechadas por toda a eternidade”. Por causa da fome, acrescenta ele, “um pequeno número de homens ligados aos estudos liberais” (quase inúteis após o fechamento das bibliotecas) foram expulsos de Roma, mas, em compensação, “foram mantidas na cidade 3 mil dançarinas e os que pertenciam ao séquito das comediantes”. A destruição, mais cedo ou mais tarde, das grandes bibliotecas públicas é um dado bem conhecido: o fogo era a causa quase única dessas destruições.

Podemos aceitar a opinião de André Langie (*Les bibliothèques publiques dans l'ancienne Rome et dans l'Empire Romain*, Friburgo, 1908):

Não devemos exagerar a importância, para a tradição que chegou até nós, das bibliotecas públicas do Império Romano. De todos os autores latinos de segunda ordem cujas obras, pelo que se conhece, tomaram lugar em suas prateleiras, nenhum chegou até nós: o que

permite supor que é, antes, às bibliotecas particulares que devemos o fato de possuímos hoje as obras dos escritores de primeiro plano, Virgílio, Títo Lívio, Tácito, etc. (p.155)

A idéia de que é às bibliotecas particulares que devemos o salvamento dos grandes autores clássicos está bem presente no espírito de Themistius, na passagem, citada acima, do discurso pronunciado em 357, quando diz que as obras de Platão, Isócrates, Demóstenes, Tucídides, etc., não estão em perigo, pois se encontram, sem dúvida alguma, nas bibliotecas particulares. Themistius constata o desastre que atinge as bibliotecas públicas e exalta a iniciativa de Constâncio II, que quer dotar Constantinopla, a nova capital, de uma grande biblioteca. Ao mesmo tempo, faz um balanço, que é também uma reflexão sobre a história dos textos: “Pelo menos, os bens dos particulares se conservam sem lei. E basta preservar o que resta da excelência”. A consciência dos riscos e perdas é bem evidente no uso de palavras como “salvaguarda” (*sôteria*), “preservar” (*diastôsein*), etc. Themistius estabelece também uma distinção notável entre os autores de primeiro plano — aqueles aos quais pertence *hê perionia tês aretês* — e os “que vêm depois”, os *opadoi êkeinôn*. A consciência da iminência do perigo é atestada, no nível mais oficial que se possa imaginar, pelas medidas tomadas pelos imperadores para mandar sistematicamente copiar os exemplares danificados (codex Theodosianus XIV, 9.2, 8 de maio do ano 372): “Antiquarios ad bibliothecae [isto é, da biblioteca do Palácio] codices componendos vel pro vetustate reparandos quattuor Graecos et tres Latinos scribendi peritos legi iubemos”.

Podemos lembrar alguns momentos cruciais: a Escola Platônica banida de Atenas por Justiniano — os “filósofos” fugiram então para a Pérsia, junto a Khosrau; a fogueira dos “livros dos gregos”, no fim do reinado de Justiniano (562 d.C.), atestada por Jean Malalas (p. 491, Dindorf); um poema de Georges de Piside (c. 46, Sternbach) evoca, depois do ano 610, o “renascimento” da Biblioteca Patriarcal: convém, pois, imaginar sua destruição durante os anos precedentes; o relato circunstanciado de Jean Zonaras (*Epitome historiquè*, XV, 10, 1) sobre a fogueira da Grande Sala, dita *Thômitis*, no Palácio, onde foram queimados os comentários de João Crisóstomo à Sagrada Escritura.

Há algumas dezenas de anos, debateu-se em torno de uma “Renascença iconoclasta”, mais ou menos extensa, em Bizâncio. O texto capital a respeito disso é Vida de Leão, o Armênio (PG 108, 1024-1028), que evoca os esforços de João Grammatikos, em 814, para “procurar por toda a parte os livros antigos escondidos nos mosteiros e nas igrejas”. Podemos nos perguntar se o objetivo das pesquisas de João Grammatikos era estritamente religioso, ou